

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Europa

Identidade europeia e os motins em França

Paulo de Almeida Sande . Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu

Parte da inteligência ocidental procura respostas para os acontecimentos em França. Alinham-se explicações, que reflectem quase sempre: uma perspectiva ideológica; a experiência nacional respectiva; ou apenas a ignorância sobre os conceitos e a realidade.

Em França, sobretudo, sucedem-se os debates. Televisão, jornais, a blogosfera, todos buscam razões e esgravatam a superfície. Invariavelmente, estão presentes representantes das minorias étnicas maioritárias nos bairros (as *cités*) problemáticos. Uma pergunta assoma com frequência: “Eles (os jovens desordeiros) sentem-se ou não franceses?”. A resposta contém todas as respostas: “Sentem-se franceses, não se sentem tratados como franceses”.

O estatuto jurídico da generalidade dos filhos dos imigrantes é o de nacionais gauleses. Daí decorre a atribuição de um estatuto de cidadania nacional (logo, europeia). Resta o problema da identidade: o menos que se pode dizer é que não predomina um sentimento de efectiva pertença a essa realidade jurídica francesa; quando muito, cede a outras afiliações primárias, como a família, as referências étnicas, a religião, a cultura (ou tudo combinado, em doses diversas).

A primeira preocupação deve pois ser a dos conceitos: perceber o que está em causa ajuda a estabelecer o caminho a percorrer para resolver o problema. Convém determinar exactamente do que se trata quando se trata da revolta dos jovens dos bairros degradados.

Não é já uma questão de nacionalidade. Predomine o *jus soli* ou o *jus sanguini*, a nacionalidade nos países da União Europeia é atribuída, com poucas limitações, à generalidade das segundas gerações de imigrantes. Tornam-se franceses, ingleses, portugueses ou de outra nacionalidade. Juridicamente ainda, decorre um outro estatuto, o de cidadania, o qual veicula direitos, deveres e garantias. É assim indiscutível (e inalienável) a igualdade dos cidadãos, de todos, incluindo os das *cités*, face aos direitos políticos ou de natureza formal.

O problema emerge quando se abarcam outro tipo de direitos, em particular os de natureza social (e também cultural). E recrudescer quando se discute, nesse exacto plano, o tema da formação da identidade.

Nos Estados-nação europeus, de génese em geral recente – na esmagadora maioria dos casos remonta ao século XIX –, o processo de criação e (ou) consolidação de uma identidade nacional teve uma natureza voluntarista. O Estado, figura maior do processo, “nacionalizou” em torno de um conceito único – o de Estado-nação singular, exclusivo nesse território –, os valores, as (várias) identidades nacionais, os sentidos (e sentimentos) de partilha, comunidade e destino. Usou a seu favor, assim se legitimando, a diversidade de realidades sobre a qual projectou o seu poder. Fez de muitos Um, e das nações o Povo.

Nesse processo conhecido, que não cabe numa pequena apresentação, foram obliteradas culturas e homogeneizadas identidades. Entrou em funcionamento uma máquina poderosa, assente no ensino obrigatório, em novas e inventadas tradições, numa panóplia de heróis e

feitos ancorados em tempos míticos e longínquos; baseada na conscrição do povo em armas, numa moeda única e num sistema comum de impostos; uma máquina eficaz que, ao fim de décadas, logrou convencer franceses, italianos, ingleses, espanhóis, alemães (e até japoneses, já agora) que eram e tinham sempre sido isso mesmo e apenas isso. Apesar do esforço, contudo, nalguns países tem emergido o sentimento de pertença a uma realidade cultural (até política) infra-Estatal, como afiliação primária fundamental. Basta recordar as nações, ou autonomias, espanholas, a tensão regional italiana, a devolução escocesa.

O esforço identitário possível no século XIX parece hoje inconcebível. E contudo é, em certa medida, o que ocorre em França. Aos novos ventos do multiculturalismo, gerado primordialmente nuns Estados Unidos em busca de resposta à questão nacional (“What then is an american?”), contrapõe a pátria de Vercingétorix com a República, como único referencial identitário. Será essa a razão? Talvez não, ou talvez não só. Parece adequado considerar que os instrumentos de correcção patrocinados pela diversidade cultural, em particular a discriminação positiva, não são resposta cabal para o problema da integração, ou a falta dela. Não convive nos Estados-Unidos nenhum *melting pot* celestial, e a surpresa britânica com a nacionalidade (...britânica) dos bombistas de Julho, não advoga a favor daquilo a que chamaria de “integração diferenciada”, assente numa afirmação cultural própria. Dito de outra forma: não há solução padrão para a integração identitária.

Muita da inquietação das *cités* tem raízes económicas. As estatísticas confirmam sem ambiguidades que os franceses de origem magrebina ou africana vivem pior do que os outros. Não é difícil reconhecer nesse facto uma parte importante do problema. Será mágica a fórmula Integração económica = Integração social + Integração cultural? Nem isso podemos afirmar. São inúmeros os membros de redes terroristas bem instalados nas sociedades respectivas. Os suicidas do 11 de Setembro, os bombistas de Londres, estão longe de ser exemplos de excluídos económicos. A dimensão cultural – e as diferentes fidelidades correlativas, sobretudo as de origem religiosa – parece prevalecer.

Não havendo solução à vista, resta a dimensão. Aí, sobreleva o papel decisivo da União Europeia e das suas políticas de terceiro pilar. Cidadania inclusiva num espaço alargado, novas dimensões de direitos, mas também espaço alargado de intervenção anti-terrorista e grande criminalidade em geral. Liberdade em segurança, com acesso equitativo às condições de aplicação da justiça. O projecto, ainda em grande parte em ambicioso devir, acrescenta à problemática da imigração e dos guetos a mais-valia de uma dimensão menos sujeita à recusa liminar da integração por parte dos nacionais de origem extra-europeia.

Uma cidadania europeia pós-nacional num contexto de estabelecimento de um Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça, pode bem ser o começo da resposta à ameaça da ruptura civilizacional, cujo ponto de Arquimedes parece estar nos subúrbios das grandes cidades. Entendê-lo-ão assim os decisores políticos?